



PIBID E ESCOLAS BÁSICAS: ANALISANDO AS DIFICULDADES E DESAFIOS DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA

¹ Débora Luana Silva Santos, autora;

² João Paulo Ferreira da Silva, autor;

³ Maria Luiza Braz, autora;

⁴ Wanderson Levi, autor.

¹ UNEAL;

² UNEAL;

³ UNEAL, luiza.braz@uneal.edu.br;

⁴ UNEAL.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade refletir sobre os entraves enfrentados pelos alunos com deficiência no âmbito escolar, também, enfatiza o contexto histórico do deficiente. Busca mostrar a possibilidade para o avanço com o desafio de alcançar um ambiente educativo harmônico para todos, sem discriminações.

Constatando em sala a existencial dificuldade em estabelecer uma educação inclusiva perante alunos com alguma forma de limitação (pessoas com deficiência), sejam estas físicas ou mentais, fica evidente o quanto é preciso que haja discussões que possibilitem o entendimento e a aceitação dessa diversidade de indivíduos potencializando assim uma maior inclusão social.

Nessa perspectiva, os integrantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) tiveram uma grande oportunidade de vivenciarem essa realidade em sala de aula. Uma realidade que ainda é objeto de discussões e entendimentos que precisa ser entendido como consequência de caráter social, cultural e econômico, onde tal temática se mostra carente de debates. Esse fato é visível nas escolas que frequentam os bolsistas do PIBID que produziram este artigo.

Diante da evidência do quanto a problemática em questão é complexa e suscetível a crítica de caráter construtivo, a construção desse artigo se baseou em três propósitos. Sendo o primeiro as dificuldades históricas que envolvem e dizem respeito aos indivíduos com deficiência, o segundo baseado no âmbito escolar, e o terceiro em caracterizar as reflexões dos bolsistas do PIBID e suas conclusões perante essas problemáticas que envolvem aspectos como educação inclusiva e estudantes especiais.

Na construção do trabalho, foram utilizadas: a observação e a inquirição que são duas ferramentas básicas de pesquisa. O referido estudo, faz uma abordagem sobre a situação das pessoas com deficiência nas escolas básicas, tomando como base a experiência obtida no PIBID, durante a observação em diversas aulas no decorrer de vários dias nas escolas parceiras do programa. A observação possibilitou realizar um estudo centrado no tema, diante disso foi possível fazer análises e destacar os pontos que ajudaram na investigação.

2 Contexto histórico

A Grécia antiga é tida em alguns estudos como o estopim para o preconceito contra os indivíduos com alguma limitação. Os portadores de deficiência na Grécia eram descritos por palavras como “fraco”, “incompleto” ou “imperfeito” LOPES, (2013, p. 5). Em sua mitologia é possível destacar a figura do deus Hefesto onde consta em sua história que foi jogado do topo do monte Olimpo por seu próprio pai porque era ser coxo. Essa atitude se refletia na sociedade e se evidencia no fato de que:

Para uma sociedade que tem no guerreiro uma figura central, o corpo e sua condição física são também de grande importância. Nesse contexto, o infanticídio era comum. A tentativa de infanticídio sofrida por Hefesto não resultou em sua morte devido à sua condição divina, contudo, a finalidade do infanticídio parecia de fato atingir os mortais que partilhavam da condição física de Hefesto (FRANÇA, 2014, p. 3).

Outra sociedade caracterizada pelo preconceito e influenciada pela Grécia Antiga, foi a romana que “por sua vez, preconizava a perfeição e estética corporal, a deficiência era tida como monstruosidade fato que legitimava atos seletivos” (LOPES, 2013 p.7). Dessa forma, não só na civilização grega, mas em seu entorno, as civilizações inspiradas por seus costumes praticavam o incentivo ao infanticídio a todos os que nasciam com deficiência. Na cultura espartana por exemplo, os recém nascidos eram levados aos anciãos da terra e eles decidiam entre a vida e a morte dos bebês, levando em consideração as características físicas dos pequenos sujeitos.

O indivíduo com deficiência enfrenta dificuldades desde outrora, na realidade é um desafio de longa data, como já citado é histórico. No contexto geral, essas pessoas foram e ainda são por diversas vezes tidas como incapazes, e no âmbito escolar isso vem se perpetuando, tendo em vista que essas construções empíricas são carregadas por cada sujeito e esses ensinam para os demais os traços originários de uma sociedade extremamente excludente e preconceituosa, que ainda não consegue ressignificar os seus conceitos.

3 Inclusão como possibilidade

A proposta de inclusão tida como um ideal primordial ainda não consegue estabelecer-se na sociedade de forma significativa, o pressuposto é a ideia de uma sociedade que considera e acolhe a diversidade humana. A escola atua significativamente na formação do indivíduo enquanto aluno e cidadão, então essa asserção é extremamente viável. Isso implica em fazer com que os alunos desde cedo conheçam as diferenças e entendam que ser diferente é normal, suscita um avanço no desafio de alcançar um ambiente escolar inclusivo e que forneça oportunidades de forma igualitária para todos, independentemente de suas limitações.

Apesar das dificuldades e obstáculos ainda encontrados, vale ressaltar que houve avanços significativos em relação aos direitos assegurados aos alunos com deficiência. A educação para portadores de necessidades especiais era baseada na discriminação, porém houve uma evolução na inclusão dos mesmos no ensino regular, esses direitos estão garantidos em vários documentos como a Constituição Federal de 1988, especificamente no artigo 205 que define “a educação como um direito de todos, que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. Estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um princípio.

Também, garante que é dever do Estado oferecer o atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino.

A Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 1.793 recomenda a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos éticos, políticos e educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais nos currículos de formação docente.

A Lei nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) define educação especial, assegura o atendimento aos educandos estão inseridos nesta modalidade de ensino e estabelece critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial para dar apoio técnico e financeiro pelo poder público.

Dentre os documentos que asseguram os direitos aos alunos com necessidades especiais está também incluída a declaração de Salamanca que é considerada um dos principais documentos mundiais, definindo que:

toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implantados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provê em uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (UNESCO, 1994. p. 1)

Toda criança tem direito fundamental a educação como cita a Declaração de Salamanca (1994). Pensando dessa forma, entende-se que esse direito deve ser assegurado sem discriminações seja ela de qualquer espécie, sendo dada a oportunidade a todos de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. A proposta de inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular é uma possibilidade para se alcançar uma sociedade mais justa e igualitária, inclusive no âmbito escolar que funciona como um propulsor na formação de pessoas.

No entanto, incluir não é um processo tão simples, pois não basta apenas colocar o aluno no ensino regular, ele exige que a escola no geral se adapte ao perfil do seu educando. O ambiente escolar inclusivo requer novas estruturas e novas competências, para que não gere constrangimento por atuar de forma seletiva e excludente contrariando, portanto, o verdadeiro significado da proposta de inclusão. O conceito de inserção necessita de tempo para ser posto em prática, pois é necessário que haja a mudança de concepções e paradigmas dos educadores e de todo o conjunto de pessoas que formam o âmbito escolar,

incluir é um projeto que precisa ser adotado em todas as escolas, para que haja a transformação de práticas escolares, permitindo o acesso de fato dos alunos com necessidades especiais e, principalmente, da sua permanência no ensino regular de forma harmônica e proveitosa.

4 Aprendizagem e inclusão

Em termos de aprendizagem didática no âmbito escolar (seja na escola pública ou privada), percebe-se a necessidade da aplicação de uma educação inclusiva de qualidade para alunos com alguma deficiência, seja esta física, mental ou de qualquer outra forma.

Tomando por base o Plano Nacional de Educação (PNE), fica evidente que a educação inclusiva deve atingir todas as esferas do ensino (da educação infantil até o ensino superior), sob a mesma perspectiva, ainda determina-se o Atendimento Educacional Especializado (AEE) juntamente com a disponibilidade de recursos e serviços, que determinem a prática didático-pedagógica referente aos alunos que precisem de atenção especial. Pois, alunos que necessitem destas determinações se encaixam na dinâmica de Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

Os indivíduos que se inserem na “cultura surda” se enquadram perfeitamente nas determinações citadas anteriormente, pois, por serem privados de algum aspecto físico (nesse caso a audição) estes alunos precisam de atendimentos especializados às suas condições de vida no contexto escolar, onde o uso da linguagem de sinais é a principal forma de inclusão, considerando que possibilita a estes estudantes a inclusão e a comunicação com todos, inclusive com o professor que por meio de um intérprete consegue disponibilizar um ensino específico oportunizando a convivência em um ambiente, onde também se inserem alunos que não possui as mesmas limitações físicas, mas entram em contato com a “cultura surda” por meio da língua brasileira de sinais (LIBRAS).

5 Inclusão de portadores de necessidades especiais

Em se tratando de pessoas com deficiência no contexto educacional, o quadro ainda se mostra complexo e difícil de ser abordado e/ou solucionado. No caso exposto no parágrafo anterior sobre a questão de alunos pertencentes à “cultura surda” em âmbito escolar, percebe-se que as políticas públicas ainda fazem pouco sobre essa questão. Isso ficou evidente em uma das escolas da rede pública, onde se inserem os integrantes do (PIBID) de Geografia da UNEAL Campos I, haja vista que ela não dispõe de nenhum professor especializado para dar assistência aos alunos que necessitam de Educação Especializada, vale ressaltar que essa observação foi feita pelos bolsistas do projeto somente em algumas turmas referentes ao terceiro ano do ensino médio.

Em outra escola também da rede pública observou-se uma quantidade considerável de alunos com necessidades especiais particularmente com surdez e deficiência intelectual, nesta existe um acompanhamento especial para eles (intérpretes principalmente) em sala de aula. O que chama a atenção durante as observações é que esse acompanhamento poderia ser mais proveitoso através da construção de meios mais eficazes para prover uma educação eficiente, observa-se que os alunos surdos muitas vezes não conseguem acompanhar o conteúdo explanado justamente pela velocidade a qual as informações são passadas.

O processo de inclusão não é simples, é necessário ressignificar conceitos e práticas escolares visando atender de forma igualitária a todos os alunos, entre as escolas em que o PIBID atua se encontra uma, que tentava ser inclusiva ao inserir os alunos com necessidades especiais em seu ensino regular, porém, não é apenas isso, a proposta de inclusão vai além de apenas colocá-lo junto com aqueles que não têm limitações, existe a necessidade de uma reorganização do espaço, estrutura, disponibilidade de recursos e de uma pedagogia centrada no aluno. É importante destacar, por exemplo, que o estudante surdo está inserido no ambiente ouvinte, mas tem um contato mínimo com os colegas que não tem domínio de Libras como também com a maioria dos professores, dessa forma, são impedidos de estabelecer um diálogo com eles e ficam restritos ao intérprete.

Chegando-se a mais uma escola foi possível destacar a presença de alunos com deficiências mentais, estes em sua maioria são englobados nas aulas de modo natural, por meios didáticos disponíveis na biblioteca ou pela metodologia do professor em sala de aula, sem que faça se necessário uma maior comoção do corpo docente para que haja a compreensão dos conteúdos por esses alunos. Contudo, é válido ressaltar a presença de uma professora especializada, que foi disponibilizada pelo estado para atender um aluno do sétimo ano que necessita de atendimento especial.

6 A vivência entre o ideal e o real

Enquanto integrante do PIBID tendo como base as observações não é possível afirmar com riqueza de veracidade, se eles conseguem de fato atingir e manter o nível adequado de aprendizagem.

Portanto, fica registrado que existe um paralelo entre o que é proposto para incluir alunos especiais na dinâmica educacional e o que é realmente aplicado. Isso se deve principalmente pela falta de uma conscientização maior entre alguns professores e alunos a respeito de como realmente desenvolver um ambiente inclusivo, levando em consideração quais são as ações que podem ser caracterizadas como barreiras para os sujeitos com deficiência.

Segundo o Dicionário Aurélio, (1999) discriminar tem por significado diferenciar, distinguir, estabelecer diferença (p.690). Tendo em vista esse conceito, a discriminação

generalizada é uma das principais barreiras para os alunos com deficiência, partindo desde os professores (por falta de estrutura) até o alunado. A capacidade de compreensão desses indivíduos é constantemente questionada, grande parte dos docentes passa os alunos pela falta de recursos na escola para alcançar e avaliar os mesmos, sua capacidade intelectual nem sempre é testada da mesma forma que os outros educandos, outro problema é o fato de sua condição os tornar aos olhos de alguns, “seres dignos de pena”, ou, em outros casos, “heróis” e símbolos de inspiração, ambas as atitudes são prejudiciais aos discentes tanto os com quanto os sem deficiência.

Todo esses casos são caracterizados como barreiras atitudinais, que dificultam o desenvolvimento dos alunos com deficiência, que são privados de uma educação de qualidade, por serem subjetivamente considerados inferiores. Somado a isso outra problemática com relação à inclusão é a falta de planejamento escolar adequado. As escolas não se planejam para atender as necessidades especiais dos alunos, sendo assim, o atendimento especializado é sempre conseguido às pressas e nos últimos momentos.

Destarte, os bolsistas do PIBID, tiveram a oportunidade de poder ter contato com essa realidade educacional, onde a convivência e participação das aulas referentes à disciplina de Geografia possibilitaram uma melhor compreensão das dinâmicas que envolvem alunos com alguma forma de deficiência. Além disso, o próprio contexto sociocultural e econômico também se mostra presente nessa realidade, sendo a relação “aluno-professor” de fundamental importância para que se possibilite novos panoramas em relação à essas diversidades distorcidas do âmago escolar.

7 CONCLUSÃO

Foi-se percebido o quanto a abordagem de preceitos escolares juntamente com práticas didático-pedagógicas contribuem para a construção de novas maneiras de como “ver, encarar e tomar iniciativas” perante “barreiras” que se inserem, de forma indesejável, no cotidiano escolar de estudantes que possuem alguma necessidade especial (e conseqüente assistência especial). Onde a aplicação destas possíveis práticas, poderiam não só incluir tais indivíduos no ambiente escolar como um todo, mas também possibilitar uma melhor compreensão e inclusão de pessoas que possuem pouca e/ou nenhuma informação sobre os fundamentos relacionados aos direitos de quem necessita de uma educação inclusiva e, conseqüentemente, um atendimento especializado.

Quanto às “barreiras” encaixa-se como dificuldade a própria falta e/ou precariedade de investimentos em programas de cunho governamental para uma melhor educação inclusiva de qualidade e mais acessível em prol dos vários estudantes que necessitam destas possíveis melhorias.

Acima de todos os fatos abordados, não se pode negar o princípio fundamental de que a educação é um dos viés necessários para o desenvolvimento de um país (tanto em níveis locais quanto mundiais). Bons exemplos são países desenvolvidos como Japão, Coreia do Sul e Finlândia; onde aspectos referentes à educação se mostraram gratificantes para o desenvolvimento destes.

Conseqüentemente, fica evidente o quanto se ganha com investimentos na esfera educacional, pois, propor tais fatores possibilita o desenvolvimento gradativo de uma sociedade mais compreensível com critérios concernentes à diversidade de seus indivíduos sejam elas quais forem.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, é necessário o investimento em práticas didático-pedagógicas que possibilitem uma maior inclusão em ambiente escolar. É onde o projeto de incentivo à docência PIBID se encaixa perfeitamente nessa lógica, pois, a ação de seus participantes, possibilita melhores formas de discutir e encarar as diversidades existentes na esfera educacional. Isso é possível porque tanto nas escolas onde atua o PIBID, que possibilitaram aos pibidianos produzir este artigo quanto na própria instituição de ensino onde estudam os discentes que produziram o referido trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, DF: Senado Federal, Brasília: 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário oficial da União, Brasília: 23 dez 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1793 de dezembro de 1994**. Brasília: 1994

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

FRANÇA, Henrique Tiago. A normalidade: Uma breve introdução a história social da deficiência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Vol.5, nº 11, julho de 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

IGNÁCIO Tiago. **Os desafios da inclusão no ambiente escolar**. 2015. 32 pág. Monografia (Curso de especialização em Desenvolvimento Humano, Educação Escolar) - Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Universidade de Brasília, Brasília: 2015.

LIMA, Giovana Zanella de. COSTA, Gisele Maria Toninda. A educação inclusiva: uma realidade possível. **Revista de Educação do Ideau**. Vol.13, nº 27, Janeiro/Julho 2018.

LOPES, Gustavo Casimiro. O preconceito contra o deficiente ao longo da história. **EFDeportes.com**. Rio de Janeiro: nº176, janeiro. 2013.

NETO. Silva Oliveira de Antenor, et al. Educação inclusiva: Uma escola para todos **Revista Educação Especial**. Santa Maria: v.31, nº 60, p. 11-92, jan./ mar. 2018.